



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade de Gestão de Fundos

Despacho - SEJUS/UNGEF

Brasília-DF, 24 de maio de 2021.

Ao GAB,

Tratam os autos dos Ofícios nº 659/2021 - CIPANDEMIA ([61555041](#)), nº 818/2021 - CIPANDEMIA ([61555858](#)) e nº 1039/2021 - CIPANDEMIA ([61555960](#)), encaminhados por correspondência eletrônica ([61554581](#)), por meio dos quais a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pandemia no Senado Federal, por intermédio do seu Presidente, Senador Omar Aziz, envia os Requerimentos nº 446/2021 ([61554777](#)), nº 449/2021 ([61554833](#)) e nº 470/2021 ([61554912](#)), aprovados na 5ª Reunião da CPI da Pandemia, bem como solicita informações para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil; as possíveis irregularidades, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19.

Dessa forma, em atenção aos termos do Despacho SEJUS/GAB (Sei nº [62423124](#)) considerando que as apurações e informações solicitadas, limitam-se à fiscalização dos recursos oriundos da União, informamos que:

No tocante ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, embora tenham sido firmadas parcerias com Organizações da Sociedade Civil durante o período suscitado, não foram custeadas com recursos provenientes da União, tampouco possuem relação direta com a área da saúde.

Cumprе ressaltar, que as receitas utilizadas nas parcerias celebradas nesta Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, por intermédio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, possuem fundamento no art. 7º da Lei nº 151/1998, a qual aduz:

Art. 7º – Constituem receitas do FDCA-DF:

- I – dotações orçamentárias da União e do Distrito Federal;
- II – transferências intergovernamentais;
- III – transferências de outros fundos;
- IV – transferências de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V – doações e contribuições feitas por pessoas físicas ou jurídicas;
- VI – arrecadação de multas aplicadas por infrações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VII – rendimentos auferidos da aplicação financeira de seus recursos;
- VIII – recursos advindos de acordos, contratos, convênios ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;
- IX – recursos advindos de campanhas, festas e sorteios;
- X – outros recursos que lhe forem destinados, desde que não vedados por lei.

Parágrafo único. Os recursos do FDCA-DF previstos neste artigo não podem sofrer, em qualquer hipótese, nenhum tipo de contingenciamento.

Assim, embora o inciso I disponha que dotações orçamentárias da União e do Distrito Federal constituem receitas do FDCA/DF, até a presente data não foram celebradas parcerias entre o respectivo Fundo e as Organizações da Sociedade Civil, com dotações orçamentárias da União.

Cumprе destacar que, as parcerias oriundas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente em trâmite nessa Unidade são executadas com dotações da fonte do Tesouro do Distrito Federal, e, principalmente, com doações e contribuições feitas por pessoas físicas ou jurídicas, arrecadação de multas aplicadas por infrações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e rendimentos auferidos da aplicação financeira de seus recursos.

No que tange ao Fundo Antidrogas do Distrito Federal e Fundo do Idoso do Distrito Federal, cumpre informar que não foram formalizadas quaisquer parcerias, tampouco aditivos, durante o período da Pandemia.

Nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Gisele Rabelo de Oliveira

Chefe da Unidade de Gestão de Fundos



Documento assinado eletronicamente por **GISELE RABELO DE OLIVEIRA - Matr.0243553-5, Chefe da Unidade de Gestão de Fundos**, em 24/05/2021, às 18:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **62539621** código CRC= **257EC675**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

3213-0737

00010-00000701/2021-44

Doc. SEI/GDF 62539621

Criado por [gisele.rabelo](#), versão 5 por [gisele.rabelo](#) em 24/05/2021 18:07:20.